

A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NO PROCESSO DE CUIDADO DO IDOSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Stênia de Kássia Batista Pinto¹

Emanuela da Silva e Souza²

Laíssa Kelly Barros Gomes³

Renata Cardoso Rocha Madruga⁴

Cláudia Holanda Moreira⁵

RESUMO

O referido estudo tem como objetivo analisar artigos que contextualizam a presença da educação interprofissional aplicada na Atenção Primária à Saúde, voltada à melhoria da Promoção da saúde no trabalho com idosos. Trata-se de uma revisão do tipo narrativa, na qual, analisou-se artigos limitados ao idioma português, utilizando para isso os seguintes Descritores em Ciências e Saúde (DeCS): Educação interprofissional, Atenção Primária à Saúde, Saúde do idoso, Promoção da saúde e Educação em saúde. A pesquisa foi realizada nas bases de dados eletrônicas LILACS, SCIELO e GOOGLE SCHOLAR. Os resultados demonstraram a importância das práticas colaborativas para a efetividade da educação interprofissional com grupos de idosos por colaborar com a Promoção da saúde nesta fase da vida, visto que o apoio mútuo entre profissionais e idosos, bem como a inter-relação dos idosos através das metodologias participativas subsidiaram melhores condições de vida. Não obstante, ainda se faz desafiador a prática de EIP no Brasil, pois, a formação em saúde ainda se faz de forma isolada e muitas vezes o multiprofissional ainda resiste em ceder para o interprofissional ou até mesmo são tidos erroneamente como equiparáveis. Em suma, constata-se a necessidade de mudanças desde a formação acadêmica, à medida que o desenvolvimento da EIP mostra-se como uma ferramenta importante em uma perspectiva de cuidado integral do usuário, tendo em vista que corrobora para a qualidade da atenção à saúde.

Palavras-chave: Educação Interprofissional, Atenção Primária à Saúde, Saúde do Idoso, Promoção da Saúde, Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, steniakassia333@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Fisioterapia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, souzaemanuelaa@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, barros_gomes.lk@gmail.com;

⁴Docente no Curso de Odontologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, renatacardosorochamadruga@gmail.com;

⁵Professor orientador: Docente no Curso de Fisioterapia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ClaudiaHolanda61@gmail.com.

O século XXI traz transformações da estrutura populacional em diversos países, inclusive no Brasil. O aumento da proporção de idosos é um fenômeno global, porém apresenta variações conforme o perfil epidemiológico, as características sociais e econômicas das populações. Transição demográfica é o termo que nomeia esse conjunto de modificações no tamanho e estrutura etária da população, caracteriza-se por uma sequência de eventos que resultam em baixas taxas de mortalidade e fecundidade, ocasiona crescimento negativo e elevada proporção de idosos (CHAIMOWICZ, 2013).

Essa mudança populacional implica demandas específicas de saúde, tendo em vista que os padrões de mudança comportamental associados ao avanço da idade, como doenças crônicas, diferencia-se daquelas compartilhadas por outras idades. Vale ressaltar, que além do número absoluto desse grupo populacional, há um aumento na longevidade. Essa realidade, evidencia a necessidade de cuidados voltados à atenção à saúde da pessoa idosa (MIRANDA, *et al.*, 2016).

Esses cuidados se desenvolvem no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) que se define por um conjunto de práticas integrais que buscam responder às necessidades individuais e coletivas da população. Os serviços ofertados são o primeiro contato do paciente com o sistema de saúde, de acesso fácil, o mais próximo possível de onde as pessoas residem e trabalham, dando ênfase a prevenção, promoção, cura e reabilitação, ou seja, é direcionada a atender a maioria dos problemas de saúde. Ademais, conta com a participação comunitária e a democratização dos conhecimentos (FLEURY & OUVÉNEY, 2012).

Como é mencionado na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) na APS temos a Estratégia Saúde da Família (ESF) que preconiza uma equipe de caráter multiprofissional composta, por no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal. Além disso, a equipe é responsável, no máximo, por 4.000 pessoas em área geográfica delimitada (BRASIL, 2019). Esses profissionais trabalham juntos e acolhem as demandas de saúde dos idosos, além disso, desenvolvem grupos como uma estratégia de promoção e prevenção.

Trabalhar em conjunto com outros profissionais exige não apenas uma atuação multiprofissional, mas também interprofissional. De acordo com o Marco para Ação em

Educação Interprofissional e Prática Colaborativa (2010), a educação interprofissional ocorre quando estudantes de duas ou mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si para possibilitar a efetiva colaboração e melhorar os resultados na saúde. Dessa forma, ao entender como trabalhar de forma interprofissional, os estudantes estão prontos para entrar no local de trabalho e desempenhar uma prática colaborativa.

Este trabalho se configura como uma revisão de literatura, que tem como objetivo, analisar artigos que contextualizam a presença da educação interprofissional aplicada na Atenção Primária à Saúde, voltada à melhoria da Promoção da saúde no trabalho com idosos. Tendo em vista que para aperfeiçoar o cuidado às pessoas idosas é preciso acreditar no potencial da EIP.

METODOLOGIA

O referido estudo é uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, no qual, analisou-se artigos limitados ao idioma português, utilizando para isso os seguintes Descritores em Ciências e Saúde (DeCS): educação interprofissional, Atenção Primária à Saúde, Saúde do idoso, Promoção da Saúde e Educação em saúde. A pesquisa foi realizada nas bases de dados eletrônicas LILACS, SCIELO e GOOGLE SCHOLAR. Dentre os artigos encontrados selecionamos oito para análise neste estudo, nos quais, identificamos que a importância da Educação Interprofissional para as práticas colaborativas na Promoção da saúde, mostrando-se como ferramenta importante no trabalho com grupo de idosos na atenção primária. Contudo, constatou-se também que, ainda se faz desafiador a prática de EIP no Brasil, pois, a formação em saúde ainda se faz de forma isolada e muitas vezes o multiprofissional ainda resiste em ceder para o interprofissional ou até mesmo são tidos erroneamente como equiparáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Interprofissional

A formação para o ensino, na área da saúde, muitas vezes se restringe, às atividades desenvolvidas em disciplinas de didática. Dessa maneira, a prática educativa dos docentes baseia-se, nas vivências acumuladas no decorrer da formação, as quais, muitas vezes, não são adequadas à realidade atual, e que serão, conseqüentemente, ofertadas aos estudantes e

reproduzidas em suas vidas profissionais. Não obstante, contexto atual, marcado por transformações políticas, científicas, culturais, tecnológicas e econômicas, que traz impactos na formação acadêmica, tem exigido das universidades e dos docentes a adoção de estratégias diferenciadas para o ensino de qualidade e que responda às necessidades não só do mercado de trabalho, mas também da sociedade (ALMEIDA, *et al.*, 2019).

Com base no que foi relatado sobre a formação, observa-se que a educação interprofissional surge como uma estratégia para formar profissionais aptos para o trabalho em equipe. Os profissionais aprendem juntos sobre o trabalho conjunto e sobre as especificidades de cada um, com foco na qualidade do cuidado, prática essencial para a integralidade no cuidado em saúde (BATISTA, 2012).

Tendo em vista esses aspectos, observa-se que não se trata apenas de juntar membros de diferentes profissões da saúde em um mesmo espaço, trata-se de uma concepção além disso. Entretanto, é possível perceber profissionais de saúde pouco adaptados ao trabalho em equipe, que compreendem que a lógica do trabalho em saúde é cada um fazer o que lhe cabe, como forma de defesa das identidades profissionais (FILHO, *et al.*, 2019).

A EIP busca desenvolver três competências - competências comuns a todas as profissões, competências específicas de cada área profissional e competências colaborativas, ou seja, o respeito às especificidades de cada profissão, o planejamento participativo, o exercício da tolerância e a negociação, num movimento de redes colaborativas (BATISTA, p. 26, 2012). Nesse contexto, a EIP tem o intuito de romper com o tribalismo das profissões, ou seja, a tendência de cada profissional de trabalhar isoladamente.

Competências Colaborativas

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e seus parceiros, após realizarem quase cinquenta anos de pesquisa, reconheceram que a educação interprofissional proporciona a prática colaborativa eficaz, e que ambas juntas são uma estratégia inovadora que desempenha um papel importante na redução da crise mundial na força de trabalho em saúde. Nessa perspectiva, um profissional de saúde “colaborativo preparado para a prática” é aquele que aprendeu competências para trabalhar em uma equipe interprofissional, aprendizagem que ocorre através da EIP, quando estudantes de duas ou mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si para possibilitar a efetiva colaboração, suprimindo as limitações de formação até então unilaterais, dos cursos da área de saúde. (OMS, 2010)

De acordo com o grupo Canadense *Canadian Interprofessional Health Collaborative* (CIHC) as competências consideradas essenciais são: Comunicação interprofissional; cuidado centrado no paciente, cliente, família e comunidade; clarificação de papéis profissionais; dinâmica de funcionamento da equipe; resolução de conflitos interprofissionais e liderança colaborativa. Assim, a prática interprofissional colaborativa promove a articulação entre equipes dos serviços da rede de organização e cuidado em saúde, através de novas práticas que integrem as ações na atenção primária, secundária e terciária. (SILVA, *et al.*, 2015)

Atenção Primária à Saúde e Grupo de Idosos

A experiência de grupo de Promoção da saúde com idosos tem se expandido no Brasil. O grupo é recomendado como estratégia que permite atuar nas dimensões culturais e sociais a fim de promover a qualidade de vida dessa população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). As ações educativas em grupo com idosos são desenvolvidas em serviços públicos, destacadamente em universidades ou a partir de seus projetos de extensão (MARQUES, 2012).

A abordagem em grupo é uma das principais estratégias educativas em Promoção da saúde e representa espaço privilegiado de atuação conforme princípios de Educação Popular em Saúde (EPS). Especialmente para a população idosa, os grupos possibilitam ampliar a atenção individual centrada no controle das doenças crônicas e potencializam a abordagem mais abrangente da saúde, mediante o exercício da autodeterminação e da criação de vínculos que fortalecem a rede de apoio social e mobilizam as pessoas na busca de autonomia e sentido para a vida (GARCIA, 2006).

Na atenção básica, destaca-se a necessidade das equipes atuarem “de forma mais reflexiva e efetiva” na utilização dessa prática (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). O que implica em tornar mais claros seus pressupostos teórico-metodológicos, bem como avançar na cultura de avaliação das ações educativas (MARQUES, 2012).

=> Diálogo e reflexão: o processo ensino-aprendizagem supõe o envolvimento ativo do educando por meio do diálogo e do estímulo a um pensar crítico, problematizador, e não apenas consumidor de saberes. O acesso à informação técnico-científica deve ocorrer em contexto que possibilite debate articulado à vida cotidiana.

=> Metodologias participativas: o exercício do diálogo é favorecido por dinâmicas e estratégias educativas que promovam a construção coletiva a partir das vivências singulares. O processo participativo estimula a participação mais ampla dos sujeitos na dinâmica sociopolítico e cultural da sociedade (MARQUES, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existem desafios no âmbito da EIP, pois mesmo que haja espaço adequado para seu fortalecimento nas políticas existentes, há de se pensar em estratégias que assegurem a sustentabilidade das iniciativas no contexto histórico de enfrentamento dos desafios relacionados com a formação em saúde. Evidencia-se a necessidade de maior investimento nessa proposta, com vistas a induzir mudanças sólidas e promissoras no contexto das instituições de ensino (FILHO, *et al.*, 2019).

Vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da área da saúde definem como perfil do egresso: o profissional generalista, humanista, crítico, reflexivo, pró-ativo e criativo. Ademais, menciona-se que o processo de formação seja articulado, pautado e direcionado ao SUS e que garanta a atenção das reais necessidades de saúde da população. Dessa forma, é necessário para a formação o reconhecimento das especificidades do território de atuação: o desenvolvimento de habilidades para o trabalho interprofissional, bem como o engajamento das diferentes profissões na discussão do cotidiano de trabalho (ALMEIDA, 2019).

A implantação da EIP na formação em saúde se configura como uma resposta a esses questionamentos, tendo em vista que implica oportunidades de treinamentos conjuntos para o desenvolvimento de aprendizagens compartilhadas, ou seja, ocasiões nas quais duas ou mais profissões aprendem juntas com e sobre as outras. A EIP se compromete com uma formação para o interprofissionalismo, no qual o trabalho de equipe, a discussão de papéis profissionais, o compromisso na solução de problemas e a negociação na tomada de decisão são características marcantes. Para isto, a valorização da história de diferentes áreas profissionais, a consideração do outro como parceiro legítimo na construção de conhecimentos, com respeito pelas diferenças num movimento de busca, diálogo, desafio, comprometimento e responsabilidade são componentes essenciais (BATISTA, p. 26, 2012).

Portanto, é preciso romper com o modelo de formação tradicional, composto por uma aprendizagem apenas de transmissão de conteúdo e ressignificar as metodologias de ensino tornando o discente protagonista na sua formação. Além disso, fomentar a integração entre ensino, serviço e comunidade (ALMEIDA, 2019).

É necessário reforçar a compreensão de que as especificidades são complementares e que o trabalho e a educação interprofissional sustentam a lógica de um trabalho mais efetivo no atendimento das complexas e dinâmicas necessidades sociais e de saúde, atribuindo-lhes centralidade (COSTA, p.198, 2016).

Uma pesquisa buscou identificar se a formação profissional está adequada para atender à população idosa, analisou os projetos pedagógicos de vários cursos e constatou que os projetos estão em consonância com o modelo de formação descrito nas DCN, almejando uma formação generalista, humanística, crítica e reflexiva aos

futuros profissionais de saúde. Não obstante, nenhum dos projetos pedagógicos está previsto o desenvolvimento de competências para que os profissionais possam atuar frente às necessidades de saúde da população idosa, em especial no que se refere à atuação interprofissional que propicie o cuidado integral e o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da independência do sujeito que envelhece (LIMA, *et al.*, 2018).

Dessa forma, observa-se a necessidade de na formação existirem disciplinas sobre envelhecimento que possam oferecer o diálogo entre os cursos, isto é, que seja pautada por uma perspectiva interprofissional. O autocuidado, a dinâmica da vida do idoso e a abordagem para as práticas de vida saudável nos grupos de idosos da APS fomentam um olhar dos profissionais e estudantes de saúde voltado para a contextualização de uma Promoção da saúde alicerçada em uma rede de apoio centrada na terceira idade.

O tempo, a história, a longevidade são características inerentes ao idoso que são compartilhadas concomitantemente com seus anseios, gostos, cultura e condições de vida proporcionando uma rica troca de saberes por meio de diálogos, reflexões e atividades de dinâmicas em grupo que proporciona, promove saúde para esses idosos e conseqüentemente qualidade de vida; por isso a importância da APS possuir os grupos de idosos; como bem elucidou o MS no Caderno de Atenção Básica: envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício profícuo entre educação interprofissional e a prática colaborativa permite o desenvolvimento das competências interprofissionais, tais como: Comunicação interprofissional; cuidado centrado no paciente, cliente, família e comunidade; clarificação de papéis profissionais; dinâmica de funcionamento da equipe; resolução de conflitos interprofissionais e liderança colaborativa., à medida que todos os envolvidos ao trabalharem juntos nos planejamentos e na execução das atividades, são convidados a compreender o olhar de cada um e sua importância, ou seja, rompendo com o tribalismo das profissões e conseqüentemente ampliando a interação entre ensino, serviço e comunidade.

O trabalho em EIP desenvolvido com os idosos na APS proporciona uma atenção centrada no usuário e um atendimento de qualidade com foco no vínculo entre UBS e comunidade. O autocuidado e a formação de rede de apoio, são priorizados ao realizar grupos com os idosos, com o intuito de aumentar a autonomia do sujeito, a Promoção da saúde e conseqüentemente a qualidade da atenção à saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Guimarães dos Santos; TESTON, Elen Ferraz; MEDEIROS, Arthur de Almeida. A interface entre o PET-Saúde/Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Saúde debate**, v. 43, n. spe1, p. 97-105, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000500097 Acesso em 14 de julho de 2020.

ASSIS, Mônica de. Promoção da saúde e envelhecimento: avaliação de uma experiência no ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso da UnATI/UERJ. 2004. 235 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

BATISTA, N. A. Educação Interprofissional em Saúde: Concepções e Práticas. **Caderno FNEPAS**, v.2, p.25 -28, 2012. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/artigos_caderno/v2/educacao_interprofissional.pdf Acesso em 16 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº N° 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, 22 de Set. 2017. p.68 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.979, de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União, 13 de Nov. 2019. p. 97.

BRASIL. Cadernos de Atenção Básica: envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

CHAIMOWICZ, Flávio . Saúde do Idoso. NESCON/UFMG - Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família . 2.ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2013. 179p.

COSTA, Marcelo Viana da. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 20, n. 56, p. 197-198, Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000100197&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de outubro de 2020.

FLEURY, S; OUVERNEY. A. M. Política de Saúde: uma Política Social. In: GIOVANELLA, L ., *et al.* **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012, p.1 - 42.

FREIRE FILHO, José Rodrigues et al . Educação Interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 43, n. spe1, p. 86-96, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000500086&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de outubro de 2020.

GARCIA, MAA. Atenção à saúde em grupos sob a perspectiva dos idosos. Rev Latinoam Enferm. 2006 mar/abr;14(2):175-82.

LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz de et al . A educação interprofissional e a temática sobre o envelhecimento: uma análise de projetos pedagógicos na área da Saúde. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 22, supl. 2, p. 1661-1673, 2018. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000601661&lng=pt&nrm=iso Acesso em 29 de outubro de 2020.

MIRANDA, Gabriella Moraes Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Rev. bras. geriatr. gerontol., Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000300507&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de outubro de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa**. Genebra: FREELANCE, 2010.

SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino; PEDUZZI, Marina; ORCHARD, Carole; LEONELLO, Valéria Marli. Educação Interprofissional e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 49, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000800016&lng=pt&lng=pt Acesso em: 28 de Outubro de 2020.